



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

	Ata da 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA/2022		
	Assunto Principal: Acompanhamento das Manutenções do PJE efetivadas pela SETIM		Data: 26/04/2022 (Ter)
	Redator: Afranio Pedreira Junior	Local: Sala de Reuniões da SETIM	Horário Início/Fim: 10:00 / 11:36

Participantes da Reunião		
Nome/Área	Presença	Assinatura
DES. MÁRIO AUGUSTO ALBIANI ALVES JÚNIOR (Presidente da Comissão Especial de Informática)	P	
JUIZ DE DIREITO PEDRO ROGÉRIO CASTRO GODINHO (Membro da Comissão Especial de Informática)	P	
RICARDO NERI FRANCO (Secretário de TI e Modernização)	P	
MARCUS VINÍCIUS FERNANDES (Secretário-geral da UNICORP).	P	
MANOEL JOAQUIM SOARES LIMA FILHO (Diretor de Modernização)	P	
HENRIQUE ROMA DE LIMA (Diretor de Informática)	P	
GUSTAVO ALVES BARBOSA (ASSESSOR DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO)	P	
AFRANIO PEDREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR (Servidor da Comissão Especial de Informática)	P	

Legenda: P = Presente, A = Ausente

PAUTA DA REUNIÃO

Item	Descrição
A	Acompanhamento das Manutenções do PJE efetivadas pela SETIM
B	Outros

Desenvolvimento da Pauta

Às 10:00h do dia 26.04.2022 (terça-feira), na sala de reuniões da SETIM, o Presidente da Comissão Especial de Informática - CEIN, Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior, procedeu à abertura dos trabalhos da Segunda Reunião Ordinária do ano de 2022 da CEIN, agradecendo a presença de todos os participantes. Inicialmente, pôs em discussão a Ata da Reunião realizada no dia 24/03/2022, a qual foi unanimemente aprovada e assinada pelos presentes à mesma. Em seguida, deu boas vindas ao novo Membro da Comissão Especial de



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

Informática, Juiz Pedro Rogério Castro Godinho, informando que o mesmo foi indicado pela Associação de Magistrados da Bahia - AMAB, como seu representante na Comissão, conforme havia solicitado diretamente à Presidente daquela entidade, em reunião realizada aos 19/03/2022. O Doutor Pedro Godinho agradeceu ao Presidente a recepção, dizendo que fará todos os esforços para estar à altura da honraria que lhe foi atribuída. Nesse momento, o Presidente da Comissão informou que a Desembargadora Pilar Célia Tobio de Claro, Membro da mesma, acabara de justificar, pelo celular, a sua ausência à reunião em curso, por força de ser exigida a sua presença em outra atividade do PJBA em realização naquele mesmo instante. Seguidamente, O Presidente da CEIN parabenizou à SETIM pela resolução de algumas das demandas de manutenção do PJE encaminhadas pela AMAB, aproveitando o ensejo para louvar a iniciativa do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Nilson Castelo Branco, em priorizar as ações da área de Tecnologia da Informação na sua gestão, simbolizando tal deferência ao iniciar a série de visitas pessoais que vem realizando às unidades administrativas do PJBA pela Secretaria de TI e Modernização. Prosseguiu o Desembargador Mário Albiani Júnior com a condução dos trabalhos, explicitando que, mais uma vez, o tema principal da Reunião Ordinária da Comissão Especial de Informática seriam as demandas da AMAB em relação ao PJE de primeiro grau, não só por se tratar do principal sistema de informação do Poder Judiciário do Estado da Bahia, mas, sobretudo, porque redundará, a conclusão do referido trabalho, na prestação de um melhor atendimento aos jurisdicionados. Relembrou, que, na última reunião da Comissão, realizada no dia 24 de março último, o Membro da CEIN, Juiz Raimundo Nonato Braga, enfatizou que as solicitações da AMAB são a compilação das demandas apresentadas àquela Associação pela Magistratura de primeira instância do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Nesse momento, o Presidente da CEIN passou a palavra ao Secretário de TI, Ricardo Neri Franco, para que este iniciasse o seu relatório sobre a resolução das demandas. O Secretário iniciou informando que a SETIM seguiu, inicialmente, um Plano de Ação voltado à "estabilização" do PJE, por entender que, levar uma percepção de fluidez na utilização do sistema aos seus usuários seria a base de sustentação de todo o trabalho posterior. Salientou que a execução do referido Plano fora a realização de um trabalho conjunto entre a Diretoria de Informática e a Diretoria de Modernização, ambas integrantes da estrutura da SETIM e que envolveu, ainda, a participação da Secretaria Judiciária do PJBA. Explicou que a coordenação dos trabalhos, a seu encargo, foi efetuada através da realização de duas reuniões semanais com a equipe técnica, onde a mesma relatava as demandas que já haviam sido solucionadas. Dirigindo-se ao Membro da Comissão, Doutor Pedro Rogério Godinho, O titular da SETIM agradeceu à AMAB e aos Magistrados que estão se prontificando a validar as funcionalidades e manutenções já disponibilizadas por aquela Unidade. Prossequindo na sua exposição, o Secretário de TI explicou que a estabilização do PJE é um programa composto de vários projetos, dentre os quais, poderia citar: a solução das demandas trazidas pela AMAB; a integração com a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), em desenvolvimento pelo CNJ; a melhoria do "migrador" das bases de dados dos sistemas legados; e, por último, uma prioridade definida pela Presidência do PJBA, qual seja, a implementação, em definitivo, do banco de dados de informações judiciais DATAJUD. Fazendo uso da palavra, o Doutor Pedro Godinho solicitou ao Secretário Ricardo Neri detalhes técnicos sobre a multicitada estabilização, quando este, então, informou, que, investigando o pano de fundo da reclamação posta pela AMAB sobre significativa lentidão experimentada pelos usuários durante o uso do PJE, a equipe da Diretoria de Informática verificou a



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

existência de uma forte sobrecarga nos servidores de Banco de Dados, terminando por concluir que, além da expansão do número de núcleos("cores") de processamento, também haveria que proceder a uma revisão em todas as "queries" do sistema, através da Coordenação de Sistemas - COSIS, otimizando-as, o que foi feito após um exaustivo trabalho, o qual resultou em significativa redução no impacto sobre a citada base de dados, melhorando a performance geral do sistema e, por consequência, a experiência geral do usuário. Parabenizando a equipe da SETIM, o Doutor Pedro Godinho concluiu afirmando que, no seu entender, a base do trabalho daquela Unidade deverá ser, efetivamente, a estabilização do PJE. Retomando a condução dos trabalhos, o Presidente da CEIN requisitou ao Secretário de TI que procedesse à apresentação, na tela de projeção, dos trabalhos já concluídos. O Secretário iniciou por dizer que o projeto de melhoria do PJE ainda demandará etapas subsequentes. Dentre elas citou a reconstrução das funcionalidades existentes na versão 2.0 e perdas quando da migração para a versão 2.1; a melhoria dos fluxos do sistema; e a adoção de ferramentas de Inteligência Artificial. Ressalvou, contudo, que tudo isso tem por pré-requisito a organização da base, em especial, a integração entre as áreas de "infra" e de "desenvolvimento de sistemas" da própria SETIM, dificuldade que percebera existir ao assumir a direção da Secretaria. Nesse momento, o Desembargador Mário Albiani Júnior pontuou que o trabalho de estabilização é apenas a execução de um planejamento de curto prazo, que se faz urgente e indispensável, mas que é, tão somente, o começo do caminho de aprimoramento do PJE, a ser trilhado na presente Gestão. Retomando a sua exposição, o Secretário de TI repisou a importância de se ouvir os usuários e todas as áreas direta ou indiretamente envolvidas, para se atingir o êxito almejado, concordando que a missão não é apenas "apagar incêndios", mas seguir na execução de um planejamento de longo prazo. O Secretário informou, ainda, que está em fase de conclusão o desenvolvimento, por sua equipe técnica, de um sistema de monitoramento que lhe permitirá acompanhar a performance do PJE, de forma continuada e em tempo real, através de uma tela a ser instalada no seu gabinete, indicando - instantaneamente - a ocorrência de eventuais gargalos, tais como, problemas relacionados à velocidade da rede e à performance dos servidores de dados. O Secretário afirmou que, apesar dos esforços no sentido da estabilização do PJE de primeiro grau, os usuários desse sistema poderão, eventualmente, experienciar, em momentos de grande concentração de uso, alguma lentidão do sistema. Nesse instante, o Juiz Pedro Godinho assinalou que se trata tal esforço de um trabalho "subterrâneo", mas imprescindível, infelizmente invisível para a comunidade de usuários. O Presidente da Comissão Especial de Informática frisou que esse trabalho inicial, feito em conjunto com a AMAB, é apenas a primeira dentre futuras parcerias que hão de ser firmadas com outras entidades representativas da Comunidade Judiciária, tais como, Ministério Público, Ordem dos Advogados, Defensoria Pública, Procuradorias, etc. Em seguida, o Presidente comemorou a novel iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, intitulada Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), que permitirá que cada Tribunal mantenha as suas especificidades regionais, algo natural em um país de tamanho continental, como o Brasil. Assinalou que melhorias foram disponibilizadas na atual versão em produção, a 2.1, mas que, paralelamente, a migração fez perder funcionalidades que haviam sido inseridas pela SETIM na versão 2.0, a pedido dos usuários internos e externos do PJE. Salientou, no entanto, que agora é hora de focar na resolução das demandas trazidas pelos magistrados de primeiro grau. Pontuou que as críticas, ao contrário dos elogios, são importantes, pois fazem evoluir. Destacou que houve,



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

efetivamente, redução no número de reclamações sobre o funcionamento do PJE, fato percebido, inclusive, no âmbito da secretaria da Comissão Especial de Informática, que lhe relatara significativa redução no número de queixas recebidas pela Unidade, nesse sentido, por parte dos advogados. O Secretário de TI Ricardo Neri agradeceu os elogios, afirmando que a nova plataforma evitará que se repitam fatos como o ocorrido, quando investimentos na implementação de funcionalidades na versão 2.0 foram perdidos quando da migração para a versão 2.1. O Presidente da CEIN destacou a importância de a SETIM buscar uma maior aproximação com o Departamento de Informática do CNJ, levando àquele órgão sugestões de melhorias em funcionalidades do PJE que possam vir a fazer parte de uma eventual Política Nacional adotada por aquele Conselho. Sugeriu, também, à Secretaria de TI, que eleja alguns representantes daquela Unidade para participarem de eventos e cursos disponibilizados pela Universidade Corporativa do PJBA, UNICORP. O Secretário Ricardo Neri falou sobre o cuidado que tem sido tomado pela SETIM na operação de migração de processos dos sistemas legados para o PJE, de forma a se minimizar o risco de perda de dados relevantes, citando, como exemplo, o fato de o banco de dados do sistema SAIPRO não possuir alguns metadados, hoje, obrigatórios no PJE. Fazendo uso da palavra, o Membro da Comissão Especial de Informática, Juiz Pedro Rogério Castro Godinho, questionou o Secretário de TI sobre as causas da instabilidade do PJE, ocasião em que este último passou a palavra ao Diretor de Informática, Henrique Roma, para que respondesse ao questionamento. O Diretor de Informática relatou tratar-se de um problema de origem multifatorial, ainda que fosse possível apontar, como causas principais, a migração "a toque de caixa" da versão 2.0 para a versão 2.1 e a mudança na composição da equipe de técnicos terceirizados. Informou que, durante a pandemia, em apenas um ano, tal contingente de pessoal fora objeto de alta rotatividade, sendo fornecido por três(3) empresas diferentes. Explicou que, como vem sendo largamente divulgado pela mídia, com a pandemia e, consequentemente, o incremento na digitalização de boa parte das atividades econômicas, houve um grande aquecimento na demanda pela mão de obra do setor de tecnologia, fazendo com que os melhores profissionais dessa área migrassem para o Sul e Sudeste do país, sobretudo para o estado de São Paulo, regiões onde são oferecidas remunerações médias até três vezes superiores às pagas no estado da Bahia. Prosseguindo na sua explanação, o Diretor da DIN ressaltou, que, o que muito ajudou nesse difícil momento, minorando o problema causado pela escassez de recursos humanos, foi o estreitamento dos elos internos e externos, em especial com a equipe de TI do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, referência nacional em PJE, a qual, inclusive, promoveu uma reunião conjunta entre os Tribunais de Justiça do Nordeste, revelando-se tal iniciativa de grande valia para a superação das dificuldades enfrentadas com a redução do quadro de pessoal. O Desembargador Mário Albiani Júnior enfatizou a importância da formação desse tipo de aliança e da busca permanente pela cooperação entre os Tribunais, assinalando não haver mais espaço para "ilhas de poder" no mundo hodierno. Destacou, também, que os erros do passado devem servir de lição para se aperfeiçoar o presente e o futuro. Em seguida, o Presidente da CEIN concedeu a palavra ao Diretor de Modernização, Manoel Lima Filho, que passou a discorrer sobre o panorama atual do trabalho de resolução das 16 demandas do PJE, encaminhadas à SETIM pela AMAB. O Diretor de Modernização explicou que as referidas demandas foram planilhadas, avaliadas e classificadas por nível de prioridade, através da realização de reuniões com representantes da AMAB, sendo que, as cinco primeiras mais urgentes já haveriam sido solucionadas, estando, na data da presente reunião, em vias de conclusão, a demanda de



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

número seis. Explicou que, para cada ação tomada no sentido da resolução das demandas, é solicitado um "feedback" dos usuários "na ponta", e que tal medição é feita através da participação de juizes e servidores do primeiro grau. Alertou, contudo, sobre "o outro lado da moeda" desse trabalho de resolução de demandas: que a otimização de funcionalidades muitas vezes implica em aumento de carga nos servidores de dados, citando, a exemplo, a otimização do "assinador", que passou a consumir mais recursos das CPU's. Retomando a palavra, o Presidente da Comissão Especial de Informática assinalou a importância dessas reuniões da Comissão com a Associação de Magistrados da Bahia. Lembrou que a sugestão dada pela Comissão, de aquela Associação estabelecer uma ordem de prioridade no sem-número de demandas que trouxera, fora fundamental para o sucesso, que já se começa a perceber, desse hercúleo trabalho de estabilização do PJE. Aproveitou para parabenizar a SETIM pela organização da lista de priorização e acompanhamento da resolução das demandas, trabalho para o qual a referida Secretaria teria desenvolvido um pequeno sistema de informação. O Membro da CEIN, Juiz Pedro Godinho, sugeriu a criação de um grupo de WhatsApp para a Comissão Especial de Informática, integrado por seus Membros e por alguns convidados, tais como, o Secretário de TI e Modernização, focado, principalmente, no compartilhamento de documentos de interesse dos seus Membros, tais como a referida planilha de acompanhamento da resolução das demandas do PJE. Aprovando a proposta, o Presidente da Comissão determinou ao servidor da CEIN, Afranio Pedreira Junior, que procedesse à criação do referido grupo, passando a administrá-lo. Retomando a pauta principal da reunião, o Desembargador relatou a sua percepção pessoal de melhoria do módulo "assinador", momento em que, o Secretário de TI, Ricardo Neri, fazendo uso da palavra, informou que o principal ganho dessa melhoria fora "acalmar" o ambiente interno, o que redundou em maior fôlego para a SETIM "tocar" o trabalho de resolução das demais demandas. Nesse ponto, o Diretor de Modernização esclareceu que a consecução rápida na resolução das demandas do PJE se deveu à decisão de se distribuir, dentre os integrantes da equipe técnica da SETIM, as 5(cinco) primeiras e mais relevantes demandas, num esforço executado em paralelo. E que, ao final, tais soluções eram sempre submetidas à AMAB, para fins de referendo da solução proposta. O Presidente da CEIN ressaltou a importância de se registrar na planilha de acompanhamento, para cada uma das 16 demandas da AMAB, a data de resolução de cada demanda, bem como, de nesse documento também constar a estimativa de prazo de solução das demandas remanescentes, oportunidade em que o Diretor de Modernização informou que tais informações já constam do documento em questão. O Secretário de TI, Ricardo Neri Franco, informou que a SETIM tem, hoje, por frentes principais, a solução das demandas da AMAB e o atendimento às demandas de outros Órgãos do Judiciário, tais como, o CNJ, o Ministério Público e a Secretaria Judiciária. O Desembargador Mário Albiani Júnior, nesse instante, sugeriu a participação da Comissão Especial de Informática no Comitê Gestor do PJE, no que foi acompanhado pelo outro Membro da CEIN presente à reunião, Juiz Pedro Rogério Castro Godinho. Fazendo uso da palavra, o Assessor de Segurança da SETIM, Gustavo Barbosa, informou estar em desenvolvimento naquela Secretaria o painel de indicadores de performance de TI do PJBA. Nessa esteira, o Diretor de Modernização ilustrou alguns conteúdos a serem exibidos no monitor que será instalado no gabinete do Secretário de TI, tal como, o indicador de carga dos servidores do Data Center. Explicou que, a exemplo, quando esse indicador atingir valor próximo a 70%, medidas preventivas poderão ser de pronto tomadas, antecipando-se a ocorrência de eventuais problemas. Segundo afirmou, tais ações redundarão, futuramente, em substancial queda no

